

O rumo indesviável

EXPEDICTO QUINTAS

A parte mais privilegiada da bagagem do ministro Bresser Pereira em sua atual viagem para participar da reunião anual do Fundo Monetário Nacional está na carta de fiança que o Senado Federal lhe entregou e que manifesta a solidariedade do Congresso Nacional às gestões que irá desenvolver. Subscrivendo esse aval estão os nomes de Fernando Henrique Cardoso, pelo PMDB, Carlos Chierelli, pelo PFL e Virgílio Távora, pelo PDS.

Não se trata de uma viagem tranquila. A dimensão das dificuldades a serem superadas pela Delegação do Brasil inquieta pela sua complexidade e preocupa pelas imensas ressonâncias que daí decorrerão, nas hipóteses alternativas de êxito ou de fracasso.

São generalizadas as queixas e reclamações dos países que mantêm alto o grau de endividamento perante o sistema financeiro internacional. O México e a Argentina mostram-se insatisfeitos. Os nossos irmãos dos Pampas há mais de sete meses tentam em vão fechar as negociações, mediante um acordo que não se completa. Existem, inclusive, claros indícios de que o presidente Alfonsín examina, com objetividade, a opção pela moratória, tantas e tamanhas são as dificuldades dos ajustes finais. Também o Ministro das Finanças das Filipinas, sufocado por um acordo dentro dos padrões da ortodoxia do FMI, está inconformado e já teria pedido espaço para participar da reunião que o Brasil, México e Argentina terão, reservadamente, em Washington, para um estudo de situação. Oito países da América Latina acham-se em estado de moratória parcial ou total.



Diante desse quadro, de inequívocas marcas de deterioração das formas convencionais de rolar as dívidas, onde, por aproximações sucessivas, as nações endividadadas estão sendo atraídas pela moratória, mostram-se inviáveis os imperativos absurdos dos programas recessivos e anti-sociais, pontos básicos da Cartilha do FMI.

Os perigos imediatos para o Brasil estariam nas retaliações que levariam ao corte dos créditos de curto prazo em empréstimos comerciais e interbancários que a cada noventa dias são renovados pelos bancos. O cacife do Ministro da Fazenda nesse particular é forte, desde que aí os ganhos são elevados, dados os juros elevados

e as taxas de **spreads** que estamos pagando em dia, com rigorosa pontualidade, digase. São ganhos sobre US\$ 15 bilhões garantidos, que seriam trocados pelas incertezas das dívidas de longo prazo, onde o rombo é de US\$ 65 bilhões, ou pouco mais, de parte do Brasil.

Estamos no rumo certo. Tem que haver firmeza e determinação em não suspender a moratória, enquanto não houver um acordo de longo prazo para o principal da dívida. Nossas reservas estão em níveis críticos, porém num volume que dá margem para uma massa de manobra da qual não podemos abrir mão.

Os fundamentos de nossa estratégia não podem ser ig-

norados ou subestimados pelos credores. As bases dessa ação resumem uma postura negociável de gerar os recursos para o pagamento como consequência do desenvolvimento da economia, com a rejeição total de quaisquer exigências que tangenciem a nossa soberania. Com isso descartamos o desemprego e a recessão econômica.

De pouco adiantaria fazer conjecturas sobre a natureza da proposta a ser levada à consideração dos bancos internacionais. O credenciamento maior para endossá-la está no assentimento do Senado Federal. Essa solidariedade deveria ampliar-se para toda a sociedade, incluindo na sua ordenação as classes empresariais para fins de sustentação da posição brasileira. O Brasil — e com ele o Terceiro Mundo, endividado em mais de US\$ 1,1 trilhão — vive um instante difícil.

Porém, a despeito das dificuldades conjunturais, não se pode ignorar que o enfoque principal do Governo brasileiro na questão da dívida externa atende aos anseios de toda a população, tanto empregados como empregadores, pois não admite sacrificar o social. Entende que a carga colocada sobre os ombros dos brasileiros de um modo geral foi muito pesada. E por isso, recusa-se a aceitar negociações pautadas em concepções desumanas que privilegiam o capital internacional.

Portanto, como o momento é decisivo, a partir do qual o fatalismo da história poderá nos levar a descaminhos institucionais irreversíveis, deixemos as visadas limitadas, de fundo de quintal ver mais longe e além, numa vigília indormida no rumo indesviável das fronteiras nacionais.